

JAN - MAR | 2022

BOLETIM DO ECONOMISTA

BOLETIM DO ECONOMISTA

FORTALEZA-CE
2022

EXPEDIENTE

COMISSÃO EDITORIAL

Desirée Custódio Mota - Presidente da Comissão.

Allisson David de Oliveira Martins
Álvaro Martins de Carvalho Filho
Boanerges Lopes Custódio
Darla Viviane Cavalcante Lopes
Davi Azim Filho

Eldair Melo Mesquita Filho
Fabio Castelo Ponte de Araújo
José Wanderberg Rodrigues Almeida
Lauro Chaves Neto
Ricardo Aquino Coimbra

PERIODICIDADE DA PUBLICAÇÃO

Trimestral

IDIOMAS

Só serão aceitos artigos escritos em português.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os artigos deverão ser encaminhados até o dia 10 do último mês da edição em formato arial 12, contendo no mínimo 5000 e no máximo 15 mil caracteres.

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Vanêssa de Sousa Madeira

AUTOR CORPORATIVO

Conselho Regional de Economia da 8ª Região - CE
Avenida Antônio Sales 1317 - SALA 102
CEP: 60135-101
Joaquim Távora - Fortaleza - CE

PRESIDENTE: Silvana Maria Parente Neiva Santos | **VICE PRESIDENTE:** Desirée Custódio Mota | **CONSELHEIROS EFETIVOS:** Anderson Passos Bezerra, Davi Azim Filho, Desirée Custódio Mota, Eldair Melo Mesquita Filho, Fabio Castelo Branco Ponte de Araújo, Francisco Jose Araújo Bezerra, Marcos Matos Brito de Albuquerque Júnior, Ricardo Aquino Coimbra, Ricardo Eleutério Rocha, Silvana Maria Parente Neiva Santos e Vicente Ferrer Augusto Gonçalves | **CONSELHEIROS SUPLENTE:** Allisson David de Oliveira Martins, Álvaro Martins de Carvalho Filho, Boanerges Lopes Custódio, Chirlene Godinho Maia, Darla Viviane Cavalcante Lopes Saraiva e José Wandemberg Rodrigues Almeida | **DELEGADO ELEITOR EFETIVO AO COFECON:** Ricardo Aquino Coimbra | **DELEGADO ELEITOR SUPLENTE AO COFECON:** Vicente Ferrer Augusto Gonçalves.

SUMÁRIO

O conflito na Ucrânia e a transformação geopolítica no século XXI	08
Preço dos combustíveis e medidas de estabilização	14
Todo entusiasmo sobre o Hidrogênio Verde se justifica?	16
Economia dos Cuidados e as Relações de Gênero	21
Homenagem as mulheres economistas e empreendedoras	28

APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Economia – CORECON-CE tem a satisfação de apresentar a edição do primeiro trimestre de 2022 do Boletim do Economista.

Esse boletim tem como objetivo tratar de temas conjunturais e estruturais na economia Nacional, Internacional, do Nordeste e do Ceará.

Vale ressaltar que o Boletim do Economista é um espaço plural que acolhe matérias de articulistas de diferentes correntes de pensamento econômico. Neste Boletim Econômico são apresentados os seguintes artigos:

- O conflito na Ucrânia e a transformação geopolítica no século XXI – Milla Maia e Igor Lucena
- Preço dos combustíveis e medidas de estabilização - Ricardo Coimbra
- Todo entusiasmo sobre o Hidrogênio Verde se justifica? – Expedito Parente
- Economia dos cuidados e as relações de gênero – Hildete Pereira, Isabela Duarte e Silvana Parente.

Nos últimos dias aconteceu um conflito entre Rússia e Ucrânia. Essa invasão Russa vai além de uma mera disputa por terras. São países com forças e ideologias diferentes, apesar de terem raízes comuns. Por consequência da expansão territorialista da Rússia, até o século XX, a Ucrânia foi submetida a URSS e Rússia a grandes pressões para perda da sua identidade nacional, além de períodos de grande fome, que dizimou uma fração dos habitantes do País.

A disputa entre Rússia e Ucrânia, que culminou aos fatos de 2022, começou oficialmente depois do conflito na região da Criméia, em 2014. A Ucrânia possui grande importância para a Rússia, especialmente, em termos geopolíticos, já que sua posição pode ser vista como estratégica em caso de invasão do território russo e, ao mesmo tempo, estratégica economicamente. A OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte tem um papel central, tanto do ponto de vista geopolítico como do ponto de vista militar e da segurança global.

E a tensão entre a Rússia e Ucrânia envolve diversos atores políticos em nível mundial e regional. Os Estados Unidos tem um papel determinante nesse contexto, por serem a maior potência econômica e militar do mundo, além de serem vistos como opositores da política externa russa.

E por ser a Rússia o segundo maior produtor mundial de gás natural e uma das maiores nações produtoras de petróleo do mundo ocasionou o aumento do preço do petróleo Brent, de referência internacional, para US\$ 139 o barril. Tudo isso

em decorrência da invasão da Rússia sobre o território da Ucrânia.

E para conter esse aumento o Governo Federal busca a aprovação de mecanismo tributário em relação ao ICMS com a sanção do PLP/2020, que prevê a cobrança em uma só vez do ICMS sobre combustíveis, inclusive importados. Contudo o CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) terá que analisar e aprovar os novos valores. E essa medida poderá gerar impactos significativos sobre a estabilidade fiscal dos estados com redução de receitas.

Há uma reflexão importante com relação ao Hidrogênio Verde no nosso estado. Se somarmos todos os empreendimentos de energia eólica e solar , em operação e construção, juntos não aproveitam 1% de todo o potencial cearense, mesmo diante de sabermos que as energias renováveis é um vetor de desenvolvimento econômico no nosso país e estado. Um dos fatores que justifica esse baixo desempenho é o fato da eletricidade no Brasil ser um produto fora da pauta de exportação.

Com a nascente da indústria do hidrogênio verde há uma possibilidade de expansão, diversificação , verticalização e agregação de valor ao setor eólico e solar no Ceará e no Mundo. E também faz parte de um movimento global de descarbonização gradual da economia como tentativa de conter os efeitos das mudanças climáticas no planeta.

E por fim, nosso Boletim traz o tema " cuidado" com a definição de Kergoat: "relação de serviço, remunerada ou não, com um sentido de responsabilidade em relação a vida e ao bem –estar de outrem". Exemplos de " cuidado " podemos citar: trabalho doméstico, remunerado ou não, o serviço prestado por cuidadores de idosos e pessoas com deficiência, os serviços prestados por profissionais de saúde em centros hospitalares bem como os serviços prestados no âmbito de creches e berçários.

A economia dos cuidados se restringe a parcela das atividades não remuneradas, que são invisíveis ao mercado. Essas atividades são excluídas das estatísticas oficiais. E por tudo isso o tema está relacionado diretamente com as questões das desigualdades, principalmente as de gênero. E esses tipos de trabalhos tem grande valor para a vida dos seres humanos, principalmente para as mulheres que realizam em nome do amor.

Concluindo, os trabalhos dos cuidados não remunerados são invisíveis aos olhares econômicos, mas eles consomem grande parte do tempo das mulheres na sua labuta diária. As mulheres tiveram avanços na educação, mas as desigualdades

persistem, ganham menos e tem piores coberturas sociais. E esses trabalhos não foram divididos nos seus afazeres domésticos e elas, ainda, continuam tendo no final da segunda década do século XXI.

O Boletim também conta com a homenagem às mulheres economistas e empreendedoras, sendo elas respectivamente: Josete Andrade, Economista e Assessora Especial de Programas e Projetos da Secretária de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos; Ethel Whitehurst, Empreendedora Social, fundadora da Yamor da Ethel e Whitehurst Consultoria. Líder do Comitê de Artesanato do Grupo Mulheres do Brasil e a Diretoria Presidente da COOPAFESP - Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Ceará, Carmem Maria Marcos do Vale.

Agradecemos a todos os economistas e profissionais que contribuíram de forma voluntária para qualificar esse debate. Boa leitura!

Desirée Mota

Vice Presidente e Coordenadora da Comissão Editorial

Silvana Parente

Presidente

**IGOR LUCENA**

Economista, Doutor em Relações Internacionais e membro da Chatham House - O Real Instituto Inglês de Relações Internacionais.

**MILLA MAIA**

Professora de Economia do Mises Brasil, Assessora Executiva Instituto Millenium e Empresária Mercado Financeiro.

O CONFLITO NA UCRÂNIA E A TRANSFORMAÇÃO GEOPOLÍTICA NO SÉCULO XXI

Contexto Histórico: A Origem do Conflito entre Rússia e Ucrânia

As origens do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, são bem mais antigas do que os últimos acontecimentos, que tomaram conta das mídias a partir de novembro de 2021. Ambos países possuem raízes comuns, contudo avançaram separadamente durante séculos, o que proporcionou o surgimento de duas línguas e culturas – além de Estados com forças e ideologias diferentes.

No século 17, uma extensa área do território atual ucraniano foi integrada ao Império Russo, e a região foi reorganizada em províncias russas. A Ucrânia formou-se como Estado pela primeira vez após a 1ª Guerra Mundial e passou a fazer parte da União Soviética (URSS) a partir de 1922, só se declarando independente em 24 de agosto de 1991.

Os russos, ao longo da história, lutaram para proteger sua extensão, ao utilizar estratégias imperialistas para expandir seu território pelo leste europeu. No período da URSS, esses países formavam um bloco militar chamado Pacto de Varsóvia. Seu adversário era a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), organização militar liderada pelos EUA para proteger aliados de um possível ataque soviético. Quando a União Soviética acabou, em 1991, esta

cortina de ferro, que protegia Moscou, se desmanchou. Contudo, desde então, os russos nunca menosprezaram a possibilidade de serem invadidos.

Por consequência da expansão territorialista da Rússia, até o século XX, a Ucrânia foi submetida pela URSS e Rússia a grandes pressões para perda de sua identidade nacional, além de períodos de grande fome, que dizimou uma fração dos habitantes do país. Esse contexto, levou à rejeição de parte dos ucranianos ao Kremlin, que tem em seu passado um marco deixado pelo governo de Joseph Stalin. Milhões de ucranianos morreram durante o governo de Stalin e, até os dias atuais, a Ucrânia não esquece esse grande trauma.

Com a extinção do Pacto de Varsóvia, a OTAN ampliou sua expansão para países do leste europeu, para desagrado de Moscou, como a República Tcheca, Hungria e Polônia, em 1999; Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia e Eslováquia, em 2004; e Albânia, em 2009.

Após sua independência, no ano de 1991, ocorreu então, uma aproximação da Ucrânia com as demais nações europeias e americanas. Principalmente quando o país passou a demonstrar o seu interesse em participar da União Europeia (UE), e ingressar na OTAN. Ponto crucial esse, para entendermos os desentendimentos que anteciparam a disputa até os dias atuais, já que esses movimentos ucranianos foram vistos com desconfiança e insatisfação pela Rússia, que teme a influência ocidental da Ucrânia e suas fronteiras.

Vale ressaltar que, em 1994, foi assinado o Memorando de Budapeste, acordo com o intuito de gerar segurança política e nuclear, no qual a Ucrânia aderiu ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. O Memorando foi originalmente assinado por três potências nucleares: a Federação Russa, os Estados Unidos e o Reino Unido. China e França mais tarde deram declarações individuais de garantia também. O memorando foi responsável por conter ameaças, como o uso da força contra a integridade territorial acerca da independência política da Ucrânia, assim como da Bielorrússia e do Cazaquistão. Como resultado, Bill Clinton pressionou a Ucrânia, que cedeu o terceiro maior arsenal de armas nucleares do mundo entre 1994 e 1996.

O interesse geopolítico e econômico pela Crimeia

A disputa entre Rússia e Ucrânia, que culminou aos fatos de 2022, começou oficialmente depois do conflito na região da Crimeia, em 2014. Nikita

Kruschev, líder da União Soviética, foi responsável pela transferência da Crimeia para o território da Ucrânia no ano de 1954 em uma medida de caráter simbólico e estratégico, firmando os laços de amizade com a nação vizinha. Ainda assim, nacionalistas russos aguardavam o retorno da península ao território da Rússia, desde a queda da União Soviética, em 1991.

A Ucrânia possui grande importância para a Rússia, especialmente em termos geopolíticos, já que sua posição pode ser vista como estratégica em caso de invasão do território russo e, ao mesmo tempo, estratégica economicamente. Dessa forma, em março de 2014, a Rússia anexou a Crimeia, uma península autônoma no sul da Ucrânia, no Mar Negro, com forte lealdade e influência russa, com a justificativa de estar defendendo os interesses da população local. Além de ter invadido essa área, a Rússia ainda, ofereceu apoio às forças rebeldes presentes no leste da Ucrânia. Tal situação gerou um clima bélico permanente que prejudicou ambas as nações. Parte das províncias do leste ucraniano registraram grandes perdas econômicas e humanas ao longo do conflito.

Relação com a OTAN

Apesar da crise que acompanhamos ter a Rússia como seu principal ator dentro do contexto internacional, é importante entendermos que a OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte - tem um papel central, tanto do ponto de vista geopolítico como do ponto de vista militar e da segurança global.

A Otan surgiu em março de 1947, com o Tratado de Dunquerque, o qual foi assinado pela França e pelo Reino Unido como um tratado de aliança e assistência mútua no caso de um possível ataque da Alemanha ou da União Soviética, após a Segunda Guerra Mundial. Em 1948, essa aliança foi ampliada para incluir os países da Europa Ocidental, e também passou a incluir a América do Norte, resultando na assinatura do Tratado do Atlântico Norte, em abril de 1949, inicialmente com 12 países. Ao longo dos anos, ele se expandiu para o leste europeu, contando hoje com 30 nações.

O alargamento da OTAN se deu, principalmente, com a adesão de antigas nações da União Soviética como a Letônia, a Estônia e a Lituânia. Neste contexto, os novos membros da OTAN saíram da zona de influência de Moscou e passaram a se tornar membros tanto da União Europeia como ligados aos Estados Unidos, principalmente pelo artigo 5º da OTAN, onde

precede que um “Ataque a um membro é um ataque a todos os membros”. Esse é o principal ponto da crítica do presidente Vladimir Putin, o qual vê essa expansão como um ataque a soberania russa e uma espécie de “cerceamento” das suas fronteiras, com bases militares ocidentais ao redor do seu território.

A Ucrânia, uma nação que historicamente tem ligação como o povo russo, a qual tem na sua região o berço da civilização russa, vem durante anos fazendo movimentos de ascensão à União Europeia, e com interesses reais em se associar a OTAN, e esse é um passo que o presidente Putin considera inaceitável.

O Conflito atual

Desde o final de 2021, a Rússia intensificou suas tropas militares na fronteira com a Ucrânia, o que resultou em uma invasão terrestre, marítima e aérea dessa região, no dia 24 de fevereiro de 2022. Acontecimento, que validou os temores do Ocidente. Foi o maior ataque de um Estado contra outro na Europa, desde a II Guerra Mundial.

A tensão entre Rússia e Ucrânia envolve diversos atores políticos em nível mundial e regional. Os Estados Unidos têm um papel determinante nesse contexto, por serem a maior potência econômica e militar do mundo, além de serem vistos como opositores da política externa russa. Dessa forma, a Ucrânia tem buscado apoio dos Estados Unidos e seus aliados, com o intuito de fortalecer suas posições militares e políticas em um possível conflito contra os russos. Esse apoio é percebido, por exemplo, por meio da disponibilização estadunidense de armas e treinamentos para o exército ucraniano. Além disso, os Estados Unidos veem no apoio à Ucrânia uma tentativa de enfraquecer as aspirações territoriais russas e, conseqüentemente, sua influência geopolítica regional.

A Rússia e os Estados Unidos são países com visões opostas, o que tem gerado diversos focos de tensão ao longo do tempo, com destaque para o período da Guerra Fria. O ataque da Rússia à Ucrânia é, mais uma vez, uma forma de combate aos Estados Unidos, que aconteceu semanas depois que o presidente russo Vladimir Putin se reuniu com Xi Jinping, Secretário-Geral do Partido Comunista da China e Presidente da República Popular da China desde 2013. Ambos os lados anunciaram uma parceria estratégica destinada a combater a influência dos Estados Unidos.

Juntos, Rússia e China possuem o maior arsenal nuclear da atualidade -

principalmente pela força bélica e capacidade de cyber ataque por parte da Rússia e a força econômica, tecnológica e tamanho do exército), por parte da China.

Impactos Globais

Um conflito, como o da Rússia e da Ucrânia, tem potencial para envolver diversos países, de forma que pode dividir o mundo em dois grandes eixos e gerar grandes prejuízos para a economia global.

A Rússia, possui um dos exércitos mais fortes do mundo e um número considerável de armas nucleares. Já a Ucrânia, modernizou sua capacidade bélica com armas e equipamentos oriundos de países ocidentais. Assim, o conflito pode evoluir para uma guerra em nível regional e até mesmo mundial - pelo apoio das nações ocidentais, como Estados Unidos e Reino Unido, à Ucrânia, assim como países aliados à Rússia, como Belarus e China.

Além do perigo eminente bélico, a Rússia é hoje o segundo maior produtor mundial de gás natural e uma das maiores nações produtoras de petróleo do mundo. Com as notícias sobre o conflito, os preços do gás europeu aumentaram e as expectativas sobre o preço do petróleo Brent, de referência internacional, ultrapassaram US\$ 100 o barril. Fato que não ocorria desde 2014.

O fornecimento de gás proveniente da Rússia, que passa pela Ucrânia, poderá ainda ser interrompido, afetando o abastecimento de vários países da Europa Central e Oriental. Cenário esse que pode ocorrer durante o inverno e em meio à pandemia de coronavírus.

Uma das alternativas para conter o avanço russo foi a criação de novas sanções dos países ocidentais à Rússia. O presidente americano, Joe Biden, disse que haverá restrições envolvendo transações do governo russo em moedas estrangeiras e o bloqueio dos ativos dos quatro grandes bancos russos. Biden, com isso, ainda declarou que as relações entre Washington e o Kremlin se encontram em ruptura completa. O primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, também anunciou sanções econômicas, como congelamento financeiro e o banimento de exportações.

Conclusão

Após os últimos acontecimentos do mês de fevereiro, o fato é que a Ucrânia, após sua invasão, vive um jogo de perde-perde. Se continua a se defender, provavelmente perderá sua autonomia e teremos em poucos dias a

queda do governo central de Kiev para o poder militar russo. E se assinar acordos se comprometendo a não se associar a OTAN, vai demonstrar que sua política externa que está subjugada aos desejos de outra nação.

Fica evidente que uma “caixa de pandora” foi aberta. Um marco do início de uma nova era de conflitos significativos entre as potências ocidentais e as potências totalitárias orientais. Reflexo de um histórico de líderes fracos, pouco preocupados com segurança, democracia e liberdade, que pode culminar em enormes impactos geopolíticos, econômicos, sociais e financeiros para a população global.

Os erros do passado, assim, parecem não terem servido como lição para os envolvidos, ao passo que a história se repete. O conflito se mostra longe de acabar, as sanções aplicadas até agora não surtiram o efeito desejado contra o Kremlin, que se mostra preparado estrategicamente e alinhado com a China comunista de Xi Jinping. Sem uma ofensiva forte por parte da OTAN e principalmente dos EUA, ademais das medidas econômicas e diplomáticas, a Rússia continuará tendo força para continuar sua ofensiva.

Seja qual for o desfecho do ponto de vista geopolítico, é importante firmar que se abre hoje uma nova porta do ponto de vista de relações entre nações, onde o Hard Power passa a ter uma relevância cada vez mais forte nos próximos anos. A segurança nacional passa ter uma predominância no campo das relações internacionais, tão importante quanto a economia e as finanças. Creio que projetos como um Exército Conjunto Europeu devam avançar com mais rapidez na Europa e nações como a Alemanha e Japão (que possui conflitos territoriais com a Rússia), devem voltar a se armar para proteção de seus territórios e suas populações. De fato, abrimos uma nova corrida armamentista no planeta.



RICARDO AQUINO COIMBRA

Conselheiro Corecon/Ce, Conselheiro Apimec/Br
Membro da Academia Cearense de Economia,
Mestre em Economia UFC/Caen e Professor Universitário.

PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS E MEDIDAS DE ESTABILIZAÇÃO

Procurando entender a evolução dos preços dos combustíveis que vem crescendo ao longo dos últimos doze meses e não apenas no período mais recente. Percentual esse que já ultrapassa a mais de setenta por cento. Só nas últimas semanas esse crescimento já ultrapassou a trinta por cento. Ou seja, o preço do barril do petróleo saiu de um valor médio de US\$ 75 para um patamar de mais de US\$ 139. Tudo isso em decorrência da possibilidade e depois da efetiva invasão da Rússia sobre o território da Ucrânia.

A mudança na política de preços adotada pela Petrobrás em 2016 com a chamada política de paridade internacional (PPI) a empresa diz que deu um giro na sua estratégia para reduzir sua dívida e focar na exploração do pré-sal, abrindo mão de negócios paralelos como no caso do desenvolvimento do segmento de fertilizantes. Política essa em que as refinarias da companhia vendem para as empresas distribuidoras os derivados como diesel, gasolina e gás liquefeito a um preço mais ou menos paralelo ao do mercado internacional, que acaba sendo definido pela cotação do barril de petróleo e pelo câmbio.

Novas mudanças são propostas em relação a essa política, como a criação de um fundo de estabilização e a adoção de uma paridade de mediana. Fundo de estabilização esse, que já avança no congresso, que poderia ser adotado em momentos de grande volatilidade dos preços, o que necessitaria

de fonte de aporte ao mesmo, e poderia também ser utilizado como mecanismo de desenvolvimento e investimentos em novas matrizes energéticas sustentáveis. Já adoção da paridade mediana poderia ser adotada como mecanismo de garantir o preço equivalente a parte do que produzido com custo nacionalizado e com parte do importado.

Para tanto, o governo federal busca outro meio como a aprovação de mecanismo tributário em relação ao ICMS com a sanção do PLP/2020, que prevê a cobrança em uma só vez do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, inclusive importados. Todavia, os novos valores, segundo o projeto, serão definidos por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne representantes da área econômica de todos os estados e do Distrito Federal. Que já definiram o valor fixo do diesel e congelaram por mais noventa dias em relação a gasolina e ainda poderão discutir se a medida é ou não inconstitucional e a mesma será levada ao STF. Contudo, observa-se que a medida não será efetiva em relação a volatilidade dos preços dos combustíveis e o que se deveria era uma reforma tributária ampla, além de uma reforma administrativa, para uma decisão efetiva em relação a situação fiscal nacional e de estados e municípios. Visto, que a medida pode gerar impactos significativos sobre a estabilidade fiscal dos estados com redução de receitas.



EXPEDITO PARENTE JUNIOR

Diretor de Suporte a Infraestrutura e Patrimônio da ADECE e membro-convidado do Grupo Técnico de Hidrogênio Verde, coordenado pela Secretaria Executiva da Casa Civil do Estado do Ceará.

TODO ENTUSIASMO SOBRE O HIDROGÊNIO VERDE SE JUSTIFICA?

As energias renováveis se consolidaram como um importante vetor de desenvolvimento econômico em nosso país e em nosso estado. No entanto, se somarmos todos os empreendimentos de geração de energia eólica e solar no Ceará, em operação e em construção, juntos não aproveitam 1% de todo o potencial cearense. Por que não mais?

Ainda que pujantes e transformadores, os setores eólico e solar no Brasil enfrentam o desafio de inserirem-se em uma matriz elétrica bastante diversificada quando comparada aos padrões internacionais, com demanda reprimida por um consumo doméstico per capita de eletricidade quase 4 vezes menor que a média dos países da OCDE, resultado da baixa renda de nossa população e da composição setorial de nossa economia, sofrida por crises após crises. Além disso, a eletricidade no Brasil é ainda um produto fora da pauta de exportação. Estamos isolados dos grandes mercados consumidores internacionais. Como crescer, portanto, neste ambiente bastante restritivo?

O desenvolvimento da nascente indústria do hidrogênio verde é uma estratégia de expansão, diversificação, verticalização e agregação de valor ao setor eólico e solar no Ceará e no Mundo. Faz parte também de um movimento global de descarbonização gradual da economia como tentativa de conter os efeitos das mudanças climáticas no planeta. Mais de 30 países lançaram nos

últimos três anos suas estratégias de produção e uso. E esse número cresce rapidamente. Quase duas dezenas de empresas formalizaram interesse em produzir hidrogênio verde e derivados no Ceará, representando investimentos de dezenas de bilhões de reais. Vem então a pergunta: todo esse entusiasmo se justifica?

Antes, o que é hidrogênio verde? Hidrogênio é um gás industrial com produção e utilização bastante conhecidas, especialmente na indústria petroquímica. É um importante insumo na produção de combustíveis, amônia para a produção de fertilizantes e especialidades químicas. Tradicionalmente, é produzido a partir do gás natural. Ele é dito “verde” quando produzido por insumos renováveis, em especial pela rota da eletrólise da água a partir de energias renováveis (quebra da molécula da água pela ação da eletricidade em hidrogênio e oxigênio). Ele também pode ser utilizado como combustível, que, quando da sua queima, libera apenas água, não contribuindo com a emissão de gases causadores do efeito estufa ou poluição no ar dos grandes centros urbanos. Por essas razões o hidrogênio verde tem sido reconhecido como uma das principais formas de energia para a descarbonização da economia.

Além de seu apelo ambiental, o hidrogênio verde tem fortes atributos econômicos. O hidrogênio verde é o acesso do setor elétrico para o mercado de combustíveis, que, em termos energéticos, é mais de quatro vezes maior que o de eletricidade no Brasil. Além disso, um megawatt-hora de eletricidade na forma de hidrogênio verde vale, aos preços projetados, até cinco vezes mais que na forma de eletricidade. Ainda, combustíveis são produtos mais facilmente exportáveis que eletricidade. Um estudo do final de 2021 da consultoria Mckinsey projeta investimentos de 200 bilhões de dólares nos próximos 20 anos no Brasil e receitas anuais da ordem de 10 a 15 bilhões de dólares em 2040. O Ceará tem atraído muitos investidores por apresentar uma combinação atípica de muitas vantagens: qualidade, intensidade e complementaridade do nosso vento e Sol, melhores condições para instalação de parques eólicos offshore e uma vantagem locacional tão importante para um gás com complexidades técnicas no transporte.

Mas se o hidrogênio verde será produzido a partir do vento, sol e água do mar, todos insumos abundantes e gratuitos, por que ele é caro atualmente?

Custo do capital do elevado investimento para a instalação dos empreendimentos. No entanto, tecnicamente, é de se esperar que a economia

de escala dos eletrolisadores para produção de hidrogênio verde será ainda mais acentuada ao longo dos próximos anos que o que se experimentou na energia eólica e solar. Especialistas esperam ver seus preços por MW caírem 90% até 2040! Estudos estimam que em 10 anos, o Ceará tem potencial para produzir hidrogênio verde abaixo de 2 dólares por quilo, que é o custo médio do hidrogênio tradicional (ou dito "hidrogênio cinza"). Em todo mundo, apenas o deserto do Atacama e a Patagônia chilena tem condições de competitividade mais favoráveis.

A ascensão do carro elétrico por célula-combustível será outro disparador para a escalada do hidrogênio verde. Nestes veículos, um quilo deste gás tem a mesma energia que 4 litros de gasolina. Façamos as contas e vejamos que o hidrogênio não está longe de sua competitividade desde já. Certamente, mais próximo que o biodiesel, etanol, energia eólica e solar estiveram no início de suas indústrias.

Além de sua competitividade direta com hidrogênio cinza e os combustíveis tradicionais, a indústria de hidrogênio deverá produzir um conjunto de externalidades com impactos socioeconômico e ambiental relevantes, tais como a geração de empregos diretos e indiretos, economia de divisas com a importação evitada de combustíveis, créditos de carbono, redução dos gastos com saúde pública devido a internações e óbitos associados à poluição, atração e dinamização de indústria de derivados (combustíveis, fertilizantes, aços, cimento e produtos químicos verdes). Para efeito de comparação com a indústria de biodiesel, outro combustível renovável, com motivações análogas ao hidrogênio verde, um estudo recente elaborado pelas entidades de classe que representam o setor demonstra que cada ponto percentual adicional de biodiesel ao diesel mineral resulta em externalidades valoradas em 30 bilhões de reais por ano, ou cerca de 50 reais por litro.

Conta similar deverá ser feita para o hidrogênio verde e ser um importante argumento de priorização e de regulamentação de um pacote de incentivos para investimentos no setor. E o resultado deverá ser ainda mais surpreendente. Por exemplo, aos rendimentos e preços de hoje, um hectare do nosso semiárido gera cerca de R\$ 230 mil por ano de energia solar. A mesma área, nas terras mais produtivas do cerrado, nos períodos de melhores cotações internacionais de soja (principal matéria prima do biodiesel), não gera mais que R\$ 20 mil por ano deste grão. Hoje, no Ceará, temos cerca de 1.000 hectares

de fazendas solares. Só no Rio Grande do Sul, por exemplo, há 6 milhões de hectares dedicados a soja. Que outra vocação econômica com larga escala temos para o semiárido, que urge por oportunidades?

À luz do Selo Biocombustível Social, que garante relevante participação da agricultura familiar no suprimento de matéria prima para a indústria de biodiesel brasileira e tornou-se o maior programa de compras governamentais do país, com dinheiro (6 bilhões de reais anuais) 100% privado, um programa de renda inclusiva a partir de geração distribuída de energia renovável para a indústria de hidrogênio verde deverá ser uma atitude estratégica, inteligente e responsável. Tão ou mais importante que os empreendimentos a serem implementados será o rastro que o desenvolvimento da indústria de hidrogênio verde deverá ocasionar no Ceará

Por fim, muitos são os desafios para a materialização destes desejos, projeções e motivações.

O mercado energético é tipicamente um setor puxado pela demanda, e não empurrado pela oferta. Como primeiro desafio, cito o estabelecimento de mecanismos inteligentes de geração e garantia de demanda por hidrogênio verde. Mais demanda trará maior escala de produção, que resultará em menores custos de produção, que oferecerão maior competitividade a esta fonte energética, que motivará mais demanda...

O mercado energético é um setor extremamente regulado. Uma indústria nascente como a do hidrogênio verde carece de um pacote de regulação que dê previsibilidade aos investidores, consolide os fatores de competitividade aos empreendimentos, internalize as externalidades positivas desta indústria, defina os padrões técnicos, garanta a segurança e a qualidade aos consumidores, reconheça a versatilidade do hidrogênio verde e seus derivados energéticos e não-energéticos e estabeleça a governança do setor.

As projeções de produção de hidrogênio verde para os próximos 20 anos estimam que teremos que dobrar nossa capacidade instalada de geração de energia elétrica. Isso requererá investimentos massivos em infraestrutura de transmissão e distribuição adequada a uma participação cada vez mais concentrada de geração renovável, sujeita a suas sazonalidades.

O negócio do hidrogênio verde não é determinado pela performance no custo variável, vez que se parte de insumos abundantes e universais. É um

negócio de custo de capital. Todas as vantagens comparativas do Ceará e do Brasil para a produção de hidrogênio verde poderão ser desperdiçadas por termos um dos maiores juros reais do mundo. Instrumentos financeiros deverão ser desenhados para assegurar a competitividade desta indústria.

Um outro desafio importante será a consolidação do mercado de carbono como instrumento de aceleração de viabilidade econômica, de mensuração e rastreabilidade da descarbonização resultante da cadeia de valor do hidrogênio verde. O elevado fator de capacidade da geração solar e eólica, as condições diferenciadas para geração offshore, a vantagem locacional para grandes centros consumidores e os intensos impactos sociais que esta indústria potencialmente causará nos permitem afirmar que o hidrogênio verde do Ceará será “mais verde” que muitos outros verdes. O mercado de carbono deverá capitalizar isso. Um benefício extra e determinante para a atração de empreendimentos.

A indústria de hidrogênio verde detém ainda desafios tecnológicos, especialmente na armazenagem e transporte, na adaptação da infraestrutura já existente, no ganho de escala da produção e uso, no desenvolvimento de novos processos e produtos.

O Ceará é o estado mais semiárido do Brasil. Com isso, oferta hídrica sustentável será sempre um desafio para a viabilidade de empreendimentos de hidrogênio verde, especialmente na interiorização desta indústria para atendimento de mercados consumidores longe da costa. Água de reuso desponta como uma alternativa.

A boa notícia é que muitos dos desafios trazem forte similaridade com a trajetória percorrida no desenvolvimento da indústria de biocombustíveis no Brasil, da qual somos líder mundial. Importante uma ação coordenada para aproveitar as lições aprendidas, compreender os caminhos mais fáceis, as medidas que tiveram maior impacto, necessidade de customizações às realidades locais e atuais.

O desenvolvimento da indústria do hidrogênio e toda sua cadeia de valor poderão multiplicar o montante de investimento privado no Ceará nos próximos anos para um patamar ainda não visto. Provocar, com isso, maior capacidade de investimentos públicos para acelerar a transformação que se almeja em nossa economia, nossa sociedade e no nosso meio ambiente.

Todo entusiasmo sobre esta nova indústria se justifica.



HILDETE PEREIRA DE MELO

Doutora em Economia, Professora da Faculdade de Economia, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e do Núcleo de Pesquisas em Gênero e Economia da Universidade Federal Fluminense



SILVANA PARENTE

Presidente do Corecon-Ce e Diretora de Economia Popular e Solidária da ADECE.



ISABELA DUARTE KELLY

Graduada em Economia/UFF, Mestranda de Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ECONOMIA DOS CUIDADOS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Introdução

No século XXI o tema “cuidado” ganhou destaque no mundo acadêmico, porque as pessoas, em várias etapas da vida demandam serviços de cuidado e generalizou-se o entendimento de que este é uma “relação de serviço, remunerada ou não, com um sentido de responsabilidade em relação a vida e ao bem-estar de outrem (KERGOAT, 2016, p.17). Numa acepção ampla, economia dos cuidados engloba as atividades desempenhadas, gratuitamente ou não, por pessoas que se dediquem a prestar serviços orientados à satisfação de necessidades físicas ou psicológicas de terceiros bem como à promoção da criação e desenvolvimento de crianças e jovens. Assim, o trabalho de cuidados abarca uma infinidade de ocupações, como o trabalho doméstico, remunerado ou não, o serviço prestado por cuidadores de idosos e pessoas com deficiência, os serviços prestados por profissionais de saúde em centros hospitalares bem como os serviços prestados no âmbito de creches e berçários.

Num sentido mais estrito, economia dos cuidados se limita à parcela das atividades não remuneradas, que são invisíveis ao mercado. Quando serviços de cuidados são remunerados, a sua significância já é naturalmente expressa pelo valor monetário desembolsado por sua prestação. Entretanto as inumeráveis atividades de cuidados que ocorrem dentro das famílias ou entre conhecidos próximos de forma gratuita são excluídas de estatísticas oficiais. E, mesmo num nível individual, são vistas como um trabalho menor ou mesmo um não trabalho, o que leva à desvalorização social daqueles que exercem tais atividades. Por esta razão o tema está relacionado diretamente com as questões das desigualdades, principalmente as de gênero. O sistema patriarcal dominante na América Latina e Caribe reforça estas desigualdades e a economia feminista foi a pioneira na construção de uma crítica “inovadora” em relação a ordem econômica e social pós-patriarcal. Pois, relacionada está com a produção e a reprodução material da vida, a autonomia econômica da mulher, a organização social do trabalho dos cuidados, as desigualdades recorrentes no mercado de trabalho e o impacto desigual das políticas econômicas sobre as mulheres.

A pandemia da covid-19 tem deixado um rastro de mortes já registradas de mais de 640 mil no Brasil, aliada à uma condução negacionista das autoridades máximas, o que aliada ao aumento da pobreza e das desigualdades faz com que a temática da economia dos cuidados ganhe mais relevância nos diferentes campos das ciências sociais, inclusive da ciência econômica, no sentido de fazer repensar os mecanismos de atenção às populações mais vulneráveis.

É neste cenário que estão sendo escritas estas reflexões e nosso olhar volta-se para o trabalho não remunerado que mulheres e, também homens realizam ao longo de suas vidas. Estas atividades são classificadas como afazeres domésticos e cuidados e são realizados por amor pelas pessoas as suas famílias, aos doentes e aos idosos. São tarefas restritas ao espaço familiar e que a literatura feminista analisa no âmbito do conceito da divisão sexual do trabalho. São atividades relacionadas à reprodução da vida e diz respeito aos cuidados com o bem-estar físico e emocional das pessoas. KERGOAT, 2019, MELO & MORANDI, 2020 [a] e VIECELLI, 2020).

No Brasil os trabalhos de cuidados têm alto índice de trabalho doméstico remunerado (cerca de 15% de trabalhadoras domésticas, embora na pandemia

o desemprego da categoria tenha sido próximo de 1,5 milhão de postos de trabalho em 2020), 93% são mulheres e 62% trabalhadoras negras. A luta pelos direitos trabalhistas foi árdua, levou 70 anos para que o Congresso Nacional aprovasse a legislação plena em abril de 2013 e sua regulamentação tenha sido realizada em 2015. Todavia, cerca de 70% delas continuam, ainda sem contratos formais e fora do sistema de proteção social (MELO & MORANDI, 2021 [b]). Todavia, este texto tem como objetivo a visibilização do tema da economia dos cuidados, cuja valorização, tanto social como econômica, é inferior aos ganhos reais que estas atividades proporcionam à sociedade. E insiste na necessidade de contabilizar, reconhecer e valorizar o trabalho dos cuidados e dos afazeres domésticos que não são remunerados, mas significam trabalhos de grande valor para a vida dos seres humanos.

O Trabalho não remunerado de cuidados no Brasil

Este texto tem como base os dados levantados por KELLY (2022) sobre o trabalho não remunerado de cuidados no Brasil. Estas estatísticas são realizadas pelo IBGE no âmbito das pesquisas de "outras formas de trabalho". Os cuidados com as pessoas englobam alimentar as pessoas, vestir, pentear, dar remédio, banhos, auxiliar nas atividades escolares, brincar, transportar e todas as demais atividades relacionadas ao cuidar. Já os afazeres domésticos referem-se preparar e servir alimentos, arrumar casa, cuidar da limpeza, de roupas, sapatos, pequenos reparos, manutenção do domicílio, quintal, pagar contas, fazer compras (IBGE, Outras Formas de Trabalho, 2016).

Este conjunto de atividades são realizadas, principalmente, pelas mulheres e feitas em nome do amor. Os cuidados também podem ser remunerados, quando realizadas pelas trabalhadoras domésticas e cuidadoras (usamos o feminino porque majoritariamente são mulheres estas trabalhadoras), mas não são o foco de nossa análise que se restringe aos afazeres domésticos/cuidados realizadas no seio da família. Os resultados encontrados por Kelly demonstram que o tempo que as pessoas declaram realizando estas atividades (2022, caps. 4 e 5) não diferem muito de pesquisas anteriores, o tempo dispendido na sua realização mantém-se praticamente num patamar similar (MELO, CONSIDERA, SABBATO, 2016).

Provavelmente, este enfoque é um desafio que a economia feminista se propõe para nominar o que até bem pouco tempo não era discutido. Porque

são as famílias as principais provedoras dos cuidados na sociedade e como estas são tarefas na grande maioria assumidas pelas mulheres nos seus lares, na família e na comunidade. A tabela 1 mostra como estas jornadas de trabalho de cuidados/afazeres são vividas por ambos os sexos e que as mulheres declaram na média 21,4 horas semanais, o que representa quase o dobro das horas trabalhadas com estas tarefas em relação aos homens (11,0 horas semanais).

Notem que a jornada de trabalho dedicada estes trabalhos não sofrem grandes alterações, para ambos os sexos ao longo do quadriênio analisado.

Tabela 1

Brasil – Média de horas semanais dedicadas por todas as pessoas, acima de 14 anos, às atividades de afazeres domésticos e/ou cuidados por sexo				
Anos	2016	2017	2018	2019
Mulheres	20,9	20,9	21,3	21,4
Homens	11,1	10,8	10,9	11,0

Fonte: IBGE: PNADC, 2016-2019, elaboração Isabela Duarte Kelly;

Os trabalhos de Cuidados num olhar regional

Nesta secção apresentamos uma breve análise sobre os trabalhos de cuidados numa perspectiva regional. A tabela 2 mostra o tempo dispendido pelas pessoas na realização dos trabalhos dos afazeres domésticos/cuidados no Brasil no ano de 2019. E de forma interessante mostra que as regiões de fronteira do país apresentam jornadas médias inferiores para as mulheres em relação ao peso das regiões mais populosas do Sudeste e Nordeste. Chama atenção o caso da Região Centro-Oeste com a menor média destes trabalhos do Brasil, tanto na jornada feminina como na masculina. A seguir faremos uma breve apresentação das regiões Nordeste e Sudeste que pelo seu significado demográfico representam 69% da população brasileira (IBGE, 2021), estes resultados são apresentados por unidade da Federação.

Tabela 2

Brasil – Média de horas semanais dedicadas por todas as pessoas, acima de 14 anos, às atividades de afazeres e/ou cuidados por sexo, segundo as Grandes Regiões.		
Regiões	Mulheres	Homens
Região Norte	19,56	11,27
Região Nordeste	22,10	10,60
Região Centro-Oeste	19,07	9,87
Região Sudeste	21,73	11,36
Região Sul	20,18	11,41
Brasil (média)	21,4	11,0

Fonte: IBGE: PNADC, 2019, elaboração Isabela Duarte Kelly;

A Tabela 3 a seguir apresenta os dados por unidade da federação da Região Nordeste, esta região apresenta na maioria dos Estados médias de horas trabalhadas pelas mulheres superiores à média nacional (21,4), com exceção da Bahia e do Maranhão. Interessante que os homens tenham se mantido próximos a média nacional, com exceção dos baianos e dos norte-rio-grandenses. No entanto, a Paraíba tem a maior média de horas dispendidas pelas mulheres do Brasil, e o sexo masculino continua no patamar nacional.

Tabela 3

Média de horas semanais dedicadas por todas as pessoas, acima de 14 anos, às atividades de afazeres domésticos e/ou cuidados por sexo, segundo as Unidades da Federação da Região Nordeste.		
Estado	Mulheres	Homens
Alagoas	21,56	11,62
Bahia	20,93	9,85
Ceará	22,01	10,23
Maranhão	20,71	10,78
Paraíba	25,06	11,73
Pernambuco	22,3	10,83
Piauí	22,4	10,69
Rio Grande do Norte	21,48	9,54
Sergipe	22,45	10,08
Média	22,10	10,60

Fonte: IBGE: PNADC, 2019, elaboração Isabela Duarte Kelly;

A tabela 4 apresenta a região Sudeste a região que concentra o maior contingente populacional, como, também o principal centro econômico do país. Seus Estados apresentam pouca variação de jornadas de trabalhos de cuidados todos próxima da média nacional, com exceção de Minas Gerais com taxas de horas trabalhadas de cuidados/afazeres das mais altas o Brasil.

Tabela 4

Média de horas semanais dedicadas por todas as pessoas, acima de 14 anos, às atividades de afazeres domésticos e/ou cuidados por sexo, segundo as Unidades da Federação da Região Sudeste.

Estado	Mulheres	Homens
Espírito Santo	20,85	11,28
São Paulo	22,43	11,23
Rio de Janeiro	20,48	11,92
Minas Gerais	23,14	10,99
Média	21,73	11,36

Fonte: IBGE: PNADC, 2019, elaboração Isabela Duarte Kelly;

Conclusões

Os trabalhos dos cuidados não remunerados são invisíveis aos olhares econômicos, mas eles consomem grande parte do tempo das mulheres na sua labuta diária. No Brasil a partir de 1970, as mulheres tiveram um extraordinário avanço educacional, aumentaram suas taxas de participação no trabalho remunerado, mas, as desigualdades persistem, ganham menos e tem piores coberturas sociais. E estes avanços não foram acompanhados de uma melhor distribuição de tarefas na família, onde elas sempre tiveram um papel principal e ainda continuam tendo no final da segunda década do XXI.

Esta dura realidade está explicitada nos dados analisados no decorrer deste estudo, que é ainda preliminar, mas traz para o debate nacional a questão da divisão sexual do trabalho entre as pessoas na sociedade e, ousa apresentar estas informações através de um olhar regional. Escrito ainda em meio à pan-

demia de covid-19, crise sanitária que evidenciou a vulnerabilidade da sociedade e trouxe à tona as questões da economia dos cuidados para o centro da vida e do debate nacional.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contagem da População, agosto 2021, Outras Formas de Trabalho, PNADC, 2017; PNADC, 2019, micro dados;

MELO, H. P. de; MORANDI, L. Mensurar o trabalho não pago no Brasil: uma proposta metodológica, *Economia e Sociedade*, v. 30, n. 1 (71), p. 187-210, janeiro-abril 2021 [a].

-----, Cuidados en Brasil: logros, legislación y políticas públicas; em SANTANA, A., T., (editora), *Los Cuidados – America Latina y Caribe: Cuidados: Del centro de la vida al centro de la política*, Friedrich Ebert Stiftung, Tomo 3 – Cone Sur, Santiago de Chile, junio de 2021 [b];

MELO, H. P. de, CONSIDERA, C., M., SABBATO, A., Di, “Dez anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil”, em FONTOURA, N., ARAUJO, C., (orgs), *Uso do Tempo e Gênero*, Rio de Janeiro, UERJ, SPM, IPEA, 2016, p. 173-188;

KERGOAT, D., O trabalho, um conceito central para os estudos de gênero? Em MARUANI, M. (org), *Trabalho, logo existo – perspectivas feministas*, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2019, pp. 287- 294.

KELLY, Isabela Duarte, Mensuração do trabalho reprodutivo no Brasil, 2016-2019, Trabalho de Final de Curso da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, janeiro de 2022;

MULHERES homenageadas

Nesta edição também homenageamos mulheres empreendedoras e economistas, que tiveram destaque em suas áreas de atuação. São elas:



Carmem Maria Marcos do Vale

Empreendedora rural. Atuante em cooperativas e associação da agricultura familiar. Ocupante de funções em entidades representativas do ramo agro, atualmente, diretora-presidente da COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DO CEARA - COOPAFESP.

Ethel Whitehurst

Empreendedora Social, fundadora da Yamor da Ethel e Whitehurst Consultoria. Líder do Comitê de Artesanato do Grupo Mulheres do Brasil.



Maria Josete Andrade de Oliveira

Economista e Assessora Especial de Programas e Projetos da Secretária de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos.

EVENTO PRESENCIAL

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, também foi realizado um evento presencial, ocorrendo no Café Viriato do Shopping Del Paseo, onde ocorreu a homenagem as mulheres economistas e empreendedoras citadas anteriormente.

O evento foi realizado pela Comissão da Mulher Economista, composta pelas conselheiras Darla Lopes e Chirlene Maia, pela presidente Silvana Parente e a vice-presidente, Desirée Mota.

